



ENSAIO SOBRE A DEFESA DA FILOSOFIA NO BRASIL

Antonio Alves¹

RESUMO: O texto a seguir se trata de um *ensaio* para refletir sobre a importância do ensino da Filosofia no Brasil. Precisamente, tomei como método a simples defesa apaixonada da Filosofia. O que faz um país crescer enquanto nação? O que significa violência intelectual? Como o poder e o Estado deveriam fazer a gestão da Filosofia? Essas foram algumas das questões que busquei refletir no texto.

Palavras-chave: Filosofia no Brasil. Educação. Liberdade intelectual.

ABSTRACT: The following text is an essay to reflect on the importance of teaching Philosophy in Brazil. Precisely, I took as a method the simple passionate defense of Philosophy. What makes a country grow as a nation? What does intellectual violence mean? How should power and the State manage Philosophy? These were some of the questions that I tried to reflect in the text.

Keywords: Philosophy in Brazil. Education. Intellectual freedom.

*Cessem do sábio Grego e do Troiano
As navegações grandes que fizeram;
Cale-se de Alexandro e de Trajano
A fama das vitórias que tiveram;
Que eu canto o peito ilustre Lusitano,
A quem Neptuno e Marte obedeceram;
Cesse tudo o que a Musa antiga canta,
Que outro valor mais alto se alevanta.*

Os lusíadas – Luís Vaz de Camões.

1 O QUE FAZ UM PAÍS CRESCER ENQUANTO NAÇÃO?

É preciso que as pessoas de um país estejam unidas em prol daquilo que querem e esperam para o seu futuro se almejam crescer enquanto nação. Se almejarmos o crescimento intelectual, científico, econômico e também a plena igualdade de renda e de oportunidades, o que está em jogo aí é a *união* e a *esperança*. Por outro lado, se um país está desunido moralmente, por conseguinte, seus cidadãos não terão a mesma compreensão da esperança: surgirão vários ideais de futuro e cada indivíduo caminhará de modo diferente,

¹ Mestrando em Filosofia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), E-mail: antonio.alves.pereira@uel.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6545316263455915>



Artigo publicado em acesso aberto sob a licença Creative Commons Attribution 4.0 International Licence.



resultando no alcance de destinos diferentes. Nesse ínterim, a filosofia surge como um *antídoto conciliador*. Não para que as pessoas concordem em absoluto com todas as opiniões e teorias propostas, sejam elas políticas ou metafísicas, mas para que compreendam e unam-se em prol de um ideal de futuro minimamente semelhante, onde todos sejam livres para pensar, questionar e sugerir modificações e melhorias sejam elas no campo moral, tecnológico, financeiro ou mesmo metafísico. O importante é a compreensão de que de fato existe a possibilidade de um progresso real e seguro que exclua fantasias, utopias, considerações e ideias demasiadas abstratas. A falta do pensamento filosófico firme, bem estruturado e estimulado desde cedo nas mentes mais jovens tende a colocar o intelecto da nação em inércia, criando pessoas mesquinhas e sem talento para compreender seu próprio lugar e seu poder, mas, aqui cabe a pergunta: a falta do pensamento crítico e filosófico é culpa das próprias pessoas?

Mesmo aqueles que querem censurar a filosofia – seja por arrogância e rudeza ou mera ignorância quanto às suas vantagens sociais, estimulando assim a diminuição do número de aulas dos professores ou pregando nesses um julgamento desonesto e falso – prejudicam a si mesmos e a própria pátria que creem defender. Eles acusam o filósofo ou os professores de serem ofensivos e subversivos quanto à forma e o modo de educação reflexiva, mas não conseguem ter um olhar objetivo e focado nas questões realmente sérias e totalmente essenciais de que a filosofia trata. Se a filosofia quer refletir a religião, a religião se faz intocável; se quer refletir sobre o governo, o governo se faz intocável; se quer refletir sobre a família, então a família se faz intocável, etc.

No ensino médio, a filosofia deveria ser a mais importante das disciplinas, mas o que ocorre no Brasil é justamente o contrário. A ela é relegada um papel meramente marginal e cada vez menor, quiçá quando é aplicada. Para usar uma analogia, recorra-se a ideia de que constantemente a filosofia é tida como a *mãe* de todas as outras disciplinas pelo fato de ter dado origem a todas elas e por de certa forma, tratar de tudo um pouco: nada foge à filosofia – Oh, isso não deveria ser uma vantagem? Nada disso! Continuando a analogia, ia dizer que o Brasil é como um filho adolescente da filosofia. Um adolescente rebelde que não respeita sua mãe, que quer aventurar-se sozinho, que não liga para conselhos, como alguém que precisa errar sozinho antes de realmente aprender. A filosofia, no entanto, é como uma mãe



totalmente livre e independente. Ela não pode prender ou reprimir as aventuras do seu filho adolescente, em verdade, ela quer mesmo que seu filho erre, para enfim, retornar a ela choramingando e recolhê-lo de braços abertos.

A intelectualidade da nação brasileira, precisa urgentemente da filosofia. Pois ela é o antídoto para curar as chagas da inércia do pensamento raso e para atacar e expor a verdade sobre o próprio brasileiro. É o antídoto para tirar o jovem da caverna do seu celular e para fazê-lo entender o seu lugar de fala e pensamento, para que possa refletir e criticar o mundo de maneira certa. A filosofia não é uma mãe opressora em suas advertências, mas sim, rebelde e livre, é por isso talvez, que ela não se irrita quando é atacada. Ela sempre recorre a sua importância atemporal, e dessa forma torna-se inatingível e, por conseguinte, fechada, impossível de se alcançar e ferir, mas no Brasil, como eu a vejo, a filosofia está sendo deturpada e é preciso erguer a voz para defendê-la, já que ela por si mesma não fará isso. O filósofo que tem *dever* de defendê-la.

Diziam os gregos que a esperança é a virtude dos tempos difíceis². Estavam corretos, certamente, porém, eu lhes devolveria uma pergunta: qual tempo não é difícil? Resposta: não há tempo fácil, logo *a esperança é a virtude de todos os tempos*.

O que esperar de uma nação que não leva a filosofia a sério? O que significa levar a filosofia a sério? A seguir, farei digressões sobre essas questões.

É evidente que uma nação que não compreende a sua intelectualidade como um objeto coletivo a ser assegurado e protegido pelo uso da cidadania, unindo seus ideais em direção da real e verdadeira esperança no avanço das conquistas, não estará pronta para levar a filosofia a sério. A filosofia, portanto, segue caminhando sozinha e totalmente livre, atingindo, grosso modo, apenas a mente das elites e raramente chegando até o intelecto do povo, já que esse não a valoriza e nem compreende devidamente as vantagens que dela poderiam tirar. Isso não é culpa do povo, pois há uma barreira criada pelo Estado entre a filosofia e o povo. Além disso, muitas vezes o próprio filósofo, parte da elite, orgulha-se do seu exclusivismo e por ocupar um lugar raro: seja na cátedra universitária ou na mídia. Eis aí, um ponto em que os filósofos devem olhar criticamente. Seria mesmo a filosofia para

² Cf. LEPARGNEUR, 1974, p. 67.



poucos ou isso é assim apenas porque não há os verdadeiros estímulos para que ela seja mais democrática?

Em verdade, a filosofia é meramente intelectual, um debate constante de ideias. Não há produção além de textos e diálogos. No melhor dos cenários essas produções tomam força e mudam a realidade e a convivência de certos círculos sociais, mas mesmo quando isso acontece, parece passar despercebido para a maioria do povo.

A filosofia atinge diretamente o inconsciente coletivo e altera a maneira de compreensão que uma nação tem de si mesma. Isso parece ocorrer sempre de cima para baixo e muito lentamente, quer dizer que começa dos mais intelectualizados para os menos intelectualizados³ – talvez justamente por isso que ela dificilmente se faz interessante para a maioria das pessoas, além do fato de por ser uma disciplina totalmente intelectual, sua produção torna-se quase imperceptível. A própria participação do povo é naturalmente excluída de certos grupos filosóficos, pois esses utilizam uma linguagem que se faz incompreensível para as pessoas, dado o nível de abstração e idealidade de certos temas. O problema, no entanto, não é só encontrar as palavras certas para que todos compreendam a filosofia, mas sim, capacitar a compreensão de todos para entenderem mesmo as palavras e os assuntos filosóficos considerados mais difíceis. A triste realidade é que a classe considerada “*povo*” parece ser sempre aquela que é limitada ao acesso, àquela que trabalha no pesado, que sofre e que está passando por algum tipo de necessidade, e isso impossibilita o seu avanço intelectual. Até quando tem de ser assim? Parece até mesmo que esse tipo de pessoa tem necessariamente de existir para sustentar o *luxo de poucos*⁴, isto é, o luxo do cientista, do político, dos herdeiros, dos empresários de ponta, do filósofo, etc.

Pensar no *povo* é o mesmo que pensar naqueles que estão lutando exclusivamente para a sobrevivência material, como se pouco participassem da produção do pensamento de uma época, pois é sua vida e contexto material que determinam sua consciência e não sua filosofia (ou a falta dela), que determinam sua vida. O filósofo, a meu ver, precisa necessariamente compreender que ele tem o papel de ajudar as pessoas do povo a tornarem-se mais esclarecidas, estancando assim sua alienação política e intelectual. É *dever*

³ Cf. VIEIRA, 1960, p. 34.

⁴ Cf. SCHOPENHAUER, 2013, p. 261-262.



do filósofo estimular o senso crítico nas pessoas. Mas, se a filosofia está cada vez mais excluída, destinada à nobreza e marginalizada em relação ao povo, como ela poderá ter um local de protagonismo?

Eu dizia mais acima sobre a necessidade da união e da esperança caso o país almeje o desenvolvimento de suas diversas áreas. Defendi também que a filosofia poderia cumprir o papel de unificar e servir de antídoto para atingir esses ideais. Mas a verdade é que a filosofia nunca foi a real protagonista, pois ela necessita do *poder* daqueles que dela cuidam. O intelecto não poderá ser livre para pensar sem que o poder esteja conciliado com ela e fornecendo os meios para o seu desenvolvimento. Por isso, bastaria para melhorar o desenvolvimento da unificação cultural de um povo que o poder servisse harmoniosamente à filosofia e que inclusive a estimulasse nas pessoas. Isso nunca ocorreu no Brasil. Em verdade, o que ocorre é justamente o contrário: o poder não só não tem harmonia alguma com a filosofia como faz questão de atrapalhá-la e desestimulá-la – isso ocorre porque é função inerente da filosofia ameaçar, espantar, surpreender, questionar e protestar contra tudo e contra todos, inclusive contra o *poder*.

A filosofia só pode ser amiga do filósofo. De todo o restante das coisas ela segue (ela *tem* que seguir) questionadora e até mesmo zombeteira. Nesse sentido, utilizando-me novamente de uma analogia, o filósofo é como aquele que tem de proteger as inconveniências de uma amiga de natureza excessivamente excêntrica, mas, ao mesmo tempo, *essencial*: a base dessa defesa está no fato de que sem seriedade aplicada à filosofia, jamais um país crescerá forte e concreto enquanto nação. A filosofia unifica e gera esperança, sim, mas sem jamais deixar de questionar o tipo, a utilidade, a honestidade e a validade da própria unificação e da própria esperança. “Num mundo destinado ao silêncio”, como diz Marilena Chauí, “a filosofia, que é discurso, talvez deva ser defendida e talvez valha a pena lutar pela liberdade de interrogar⁵”.

⁵ CHAUI, 2018, p. 440.



2 A LOUCURA E O ATAQUE DO PODER À LIBERDADE INTELECTUAL

A loucura é um elemento que faz a ilusão se propagar por toda a sociedade. A filosofia tem o papel de combatê-la elevando a percepção da realidade até um nível de coesão onde a *liberdade intelectual* dos indivíduos seja considerada completamente saudável – isto é, sem nenhum impedimento, livre dos falsos pensamentos ou ideias corruptíveis, arrogantes, injustas e também dos afetos ou paixões, sejam elas sexuais, viciosas, ideológicas ou mesmo religiosas. A honestidade pode ser *sentida* em uma palavra, em um olhar, em uma simples fala. A loucura não é visível aos olhos das pessoas, tem de ser sentida. É preciso estar de olhos abertos para perceber que ela é propagada pelos donos do poder. Em nível individual, o poder é a nossa vontade de fazer isso ou aquilo, assim perdemos o controle de nosso próprio corpo, por isso se diz que a pessoa nervosa está *cega de raiva* ou que quem está apaixonado se encontra *no mundo da lua*; esse é o objeto de estudo dos estoicos e das filosofias helenísticas em geral, em níveis sociais, os donos do poder são os políticos, os líderes religiosos, os professores ou qualquer que seja a autoridade que exerça uma força externa para incapacitar a capacidade de pensar, criando amarras mentais, prisões partidárias, religiosidade fanática, e obsessão pelas dependências corporais, dependência do dinheiro, mantimento das vantagens, etc.

É preciso sutileza para perceber a loucura de uma nação, que de certo modo, é intrínseca na sociedade: está nos mitos, nas religiões e em toda cultura⁶. É a filosofia que tira seu véu e a revela. Nesse sentido, diz genialmente nosso inconfundível Machado de Assis, que o “alienista sorriu”, mas esse sorriso “não era visível aos olhos da multidão; era uma contração leve de dois ou três músculos e nada mais⁷”.

Podemos chamar de *loucura social* a soma total das irreflexões, ignorâncias e amarras morais de cada indivíduo. Em verdade, cada um se encontra em uma espécie de *caverna contemporânea*. São as ideologias políticas, os times de futebol, as redes sociais, o trabalho e até mesmo as doutrinas filosóficas para aqueles mais esclarecidos e educados nos estudos filosóficos. Sempre há algo nos prendendo e nos impedindo de pensarmos por nós mesmos.

⁶ FREUD, 2014, p. 72-73.

⁷ ASSIS, 2009, p. 33.



Por isso, toda reflexão intencional – que não é dada por inspiração ou abatimento genial de uma ideia crítica em relação à realidade que nos cerca é de algum modo uma prisão. Disso não há como fugir, até porque, para ser justo, temos de considerar que há também aquelas autoridades que tentam realmente nos manter livres e que mesmo indiretamente nos impulsionam e estimulam para que sejamos intelectualmente coesos, são raros, mas estão igualmente nos mesmos ambientes daqueles que exercem sobre nosso intelecto uma força coercitiva e de dominação, ou seja, estão nas escolas, na política e nos templos religiosos. Nesse sentido, a loucura pode estar escondida atrás do poder.

O problema da falta de liberdade intelectual é não ter consciência sobre as coisas que segue e acredita. É o aceitar sem questionar. Esse é o mal que a filosofia se põe a combater, visando formar indivíduos intelectualmente autônomos, que sabem o *porquê* de acreditarem em que acreditam. É nesse sentido, segundo Lya Luft, que “educar deveria ser ensinar a pensar, ajudar a observar e admirar o mundo, a reconhecer, buscar e administrar a própria liberdade⁸”. Dito tudo isso, portanto, fica explícita a importância da filosofia em uma sociedade que queira almejar qualquer avanço científico e cultural. É a partir dela que o início do esclarecimento das próprias crenças podem ser retificados e estabelecidos em uma intelectualidade teleológica, isto é, que entende os processos evolutivos tanto do conhecimento individual, quanto do conhecimento da humanidade.

O Brasil, no entanto, tem particularidades históricas que o tornam um país difícil de encontrar um caminho seguro em termos intelectuais. Em que pese a título de comparação, pode-se pensar no Japão e na Inglaterra, que são ilhas, e, por isso, historicamente isso funcionou como vantagem para unificar o povo, dificultando a entrada de costumes estrangeiros e fechando o povo em entorno de seus próprios costumes. É por isso que as culturas inglesas e japonesas são tão marcantes, a que se pense, por exemplo, na culinária dessa última nação e nos bares e *pubs* da primeira. É um exemplo simplório, mas que serve de parâmetro para pensar o avanço da intelectualidade de um povo. No caso do Brasil, tanto por conta da miscigenação e do alto índice de migração, quanto por causa da sua grande extensão territorial e diversidade populacional, a unificação cultural tornou-se muito mais complexa.

⁸ LUFT, 2011, p. 81.



Sérgio Buarque de Holanda, refletindo sobre a raiz moral do povo brasileiro, diz que “nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez. Ela pode iludir na aparência [...]. A atitude polida [consiste] precisamente em uma espécie de mímica deliberada que são espontâneas no ‘*homem cordial*’⁹. “Às vezes”, argumenta Darcy Ribeiro, “se diz que nossa característica essencial é a *cordialidade*, que faria de nós um povo por excelência gentil e pacífico”, então, logo na sequência, ele se pergunta: “Será assim?”, e responde: “a feia verdade é que conflitos de toda a ordem (étnicos, sociais, econômicos, religiosos, raciais, etc.) dilaceraram a história brasileira. O mais assinalável é que nunca são conflitos puros. Cada um se pinta com as cores dos outros¹⁰”. Além disso, talvez seja possível justificar a dificuldade brasileira em prol de uma união moral e cultural de pensamento, por conta do mantimento secular da *escravidão*: é válido lembrar que fomos o último país do mundo a aboli-la, no tardar ano de 1888. Mas o que precisamente isso tem a ver com a filosofia? Ora, a *escravidão* pressupõe a dissolução da moralidade do escravizado. Séculos de *escravidão*, significam também séculos de *dissolução moral*¹¹. A exploração física e econômica atinge a capacidade do bom pensar. A aculturação promovida pela *escravidão* trouxe graves consequências políticas e morais na formação do pensamento do povo brasileiro, portanto, creio que não será *exclusivamente* a filosofia greco-romana, a filosofia oriental ou dos norte americanos que poderá dar cabo de resolver e de propor soluções locais. Será preciso que exista uma filosofia absolutamente brasileira, forte e robusta, para que se reverta os anseios do povo brasileiro. Essa filosofia já existe, mas seu crescimento é constantemente ameaçado pelos poderes: os mesmos que sempre tiraram proveito da *escravidão*, provocando conflitos e divisão em relação à moralidade e ao pensamento do verdadeiro povo, pátria e nação.

Propor uma defesa à filosofia nacional, não significa, nesse caso, que se necessite de *um filósofo* capaz de estabelecer uma forma única de compreensão de mundo que atinja não apenas os intelectuais especialistas, mas sim o povo todo. Também não quer dizer que se trate de conceber novos conceitos e significações de linguagem para dar conta de problemas específicos sobre a nação brasileira – tudo isso, de certa forma já existe em alguma medida.

⁹ HOLANDA, 2014, p. 176.

¹⁰ RIBEIRO, 2006, p. 152.

¹¹ Cf. SLENES, 2011, p. 38-39.



Aqui, na verdade, o que estou a refletir, diz respeito unicamente à *evolução histórica da filosofia e do pensamento nacional*. Não se trata então de um pensamento único e genial, mas sim do pensamento geral do povo brasileiro como um todo, que deve, a meu ver, reivindicar com ardor pelo seu *direito de pensar, de estudar, de compor, de refletir e de filosofar livremente*, ou seja, sem impedimentos intelectuais promovidos pela loucura arrogante da ignorância de certos indivíduos ou pelo poder daqueles que são contrários à formação filosófica.

A loucura social cumpre a função de tornar os indivíduos em pessoas que essencialmente eles não são. Encarna-se em cada indivíduo uma personalidade totalmente outra, para que ele esteja munido de ferramentas de ataque para responder as dificuldades democráticas e aos problemas apresentados pelo dia a dia da nação. Nesse sentido, serve de exemplo àquela conclusão absolutamente perspicaz de José de Alencar para sua personagem Amália na obra *Encarnação*: “Ali não era Amália quem estava, mas Julieta na pessoa dela¹²”, a que bem se poderia pensar que no lugar da cabeça de um militante de um partido qualquer, esteja não um espírito livre, filosófico e reflexivo quanto à realidade do mundo, mas sim o espírito e a voz do seu político líder (embora, é verdade, partidarismo e pensamento crítico, não sejam necessariamente antitéticos); também vale o mesmo para as reações familiares de um pai e de uma mãe quanto à educação de seus filhos que seguem os aconselhamentos doutrinários dos pastores e padres, tão cheios de politicagens e tão vazios de virtudes religiosas; tristemente também encarnam outros personagens os jovens que consomem cegamente na internet o conteúdo dos seus ídolos, muitas vezes, influenciadores charlatões. Ninguém está escuso de ser influenciado. O problema é ser influenciado inconscientemente, ou seja, influenciado sem ter tido a oportunidade de escolher racionalmente por quem se deixa influenciar.

Se a filosofia fosse estudada e mais do que isso, se ela fosse estimulada, tanto intelectual quanto financeiramente, então, teríamos uma nação mais esclarecida, não só para aqueles que escolhem seus influenciadores, mas também entre aqueles que influenciam o povo. Se fosse assim o país cresceria enquanto nação e estaria cada vez mais saudável intelectual e cientificamente. Hoje, no entanto, o que vemos é o total oposto disso: poucas pessoas estão preocupadas na união cultural ou na democratização da educação e

¹² ALENCAR, 1893, p. 82.



do pensamento reflexivo. O filósofo está fechado na cátedra e o povo totalmente preocupado com a sua sobrevivência: o primeiro é cheio de orgulho de si, o segundo não tem tempo para se preocupar com questões para além da sua barriga. Acima de ambos, o político, que é o cerne do poder e da loucura. Como reverter, subverter e vencer esse ciclo? Não tenho a resposta, mas creio que o político que rege um povo é aquele que seu povo merece. Quem nos governa é o reflexo do que somos. Creio que o Brasil está desastrosamente desprovido de bons políticos, tal como profundamente desacreditado da política – enquanto a filosofia continuar marginalizada e destinada a poucos, continuará assim. Mas, a própria filosofia não está nem aí para isso, ela mesma não quer atenção de ninguém, vive por si mesma, por isso, ao mesmo tempo em que ela pode ser o antídoto para o combate da loucura social, é também é parte dessa loucura.

A filosofia diz respeito à história do pensamento dos seres humanos, portanto, trata-se da mais alta manifestação e comprovação da supremacia humana sobre todo o restante dos seres vivos na natureza. No Brasil, é preciso que o filósofo, bem como o cientista, tome posse do seu devido prestígio, não só em seus meios profissionais, mas também entre as pessoas leigas, fazendo com que elas se interessem por suas pesquisas, os admirem e queiram ser como eles. O que ocorre é o contrário, pois o senso comum já adotou a máxima de que “estudar não dá dinheiro”, criando a partir disso, o desenvolvimento de novas gerações cada vez mais inconscientemente firmadas nesse preceito, que infelizmente, aos poucos vai tornando-se realidade: o sonho da criança não é mais ser um cientista ou astronauta, mas sim ter um canal no YouTube ou ser a nova febre do TikTok; não é mais ser um desbravador da natureza, mas influenciador digital, que na maioria das vezes, pouco tem para oferecer em termos intelectualmente sérios e que prestem serviço ao bem da humanidade – o egoísmo e o bem-estar tomaram todo o lugar da árdua e difícil busca pelo conhecimento. O bom trabalho é o trabalho fácil. Dito tudo isso, a máxima de que “estudar não dá dinheiro” ganhou força também por conta dos constantes ataques que o poder afere contra a educação, inclusive contra a filosofia, quando, por exemplo, diminui o número de aulas da grade curricular ou troca a disciplina de filosofia por outras ligadas à educação financeira. Não há mal em aprender sobre educação financeira, o mal está em reduzir a filosofia como se ela fosse uma disciplina de menor importância. Em verdade, esta máxima



seria mais bem entendida se fosse dita assim: “o poder não dá dinheiro para quem quer estudar”, mas o senso comum infelizmente não consegue se apropriar da informação certa das coisas.

A ciência e a filosofia dizem respeito à acumulação da propriedade intelectual do ser humano. Uma nação que não realiza a ciência e não a estimula em seu povo fica fora dessa dita acumulação da intelectualidade e da desejosa ânsia pelo avanço do conhecimento. O poder usa a educação para regular os seus ideais de progresso, ao passo que poderíamos chamar isso de *educação utilitária em prol dos ideais ideológicos do poder*. Nesse sentido, o ataque à filosofia cumpre a função de silenciar as mentes pensantes para que elas não reflitam e, por conseguinte, não se rebelem contra o Estado – que no geral, sempre foi quem ditou o *normativo de sanidade*: o louco é sempre aquele que o Estado entende como tal, no geral, aquele que não trabalha em direção das suas finalidades, sejam elas quais forem. Os filósofos sempre reservaram críticas ao Estado e tentaram alterar o entendimento sobre a sua finalidade: é o caso de Platão e Cícero, para citar apenas dois. Portanto, a filosofia possui uma natureza crítica que desde seus tempos primordiais travou guerras contra o poder. É por isso que os governos dificilmente a privilegiam: é e sempre foi uma agrura e um tormento disputar com filósofos no campo das ideias, além disso, o poder é mantido por paixão, exaltação, apoio dos pares de interesses comuns, nunca por críticas e disputas. Os filósofos não amam cegamente, nem tampouco aceitam qualquer coisa sem refletir, são os mestres da disputa e do rechaçamento, por isso, totalmente inimigos do poder egoísta do Estado.

Estamos acostumados com o conceito de *violência física* que implica basicamente no uso da força e realização de procedimentos ostensivos contra o corpo. Mas aqui cabe uma importante questão: seria possível pensar em uma espécie de *violência intelectual*, que promovesse coerção astuciosa contra o intelecto dos indivíduos? É evidente que uma violência dessas não faz sangrar o corpo, mas ela teria de atacar diretamente a liberdade de reflexão, provocando mal-estar psicológico e moral, por vezes, um mal-estar que se apropriaria do indivíduo o fazendo seguir inconscientemente o poder. Esse tipo de violência só pode atingir o corpo de forma indireta, de modo que a ignorância em relação à realidade do mundo levaria alguém a ter uma vida com menos bem-estar do que poderia ter caso



fosse mais esclarecido intelectualmente, também esse tipo de violência pode atingir o corpo a partir do fato de que a arrogância intelectual poderá levar um indivíduo a agredir outro em prol da defesa das suas amarras morais e ideológicas – a isso chamamos de *injustiça*, no entanto, se o poder dos juízes também estiver contaminado por impedimentos intelectuais, então mesmo uma agressão física causada por conta de defesas cegas do poder estará passível de safar da responsabilidade e penalidade, daí estarmos diante de uma *dupla injustiça*.

Para sintetizar, basta que se pense que a violência física limita a liberdade física: alguém agredido fisicamente perde seu poder de ir e vir, por outro lado, a violência intelectual limita a liberdade intelectual, de modo que alguém com um impedimento intelectual é limitado para pensar isto ou aquilo por causa de um motivo externo ao seu próprio poder intelectual, no caso, esse último poderá, por meio dos seus estímulos intelectuais, chegar a agir injustamente contra a liberdade física de outros que pensam diferente dele (o que considera inaceitável ao ponto de tornar a agressão justificável).

A limitação das aulas de filosofia de uma grade curricular, que sirva de exemplo novamente, é uma medida que viola a liberdade intelectual de um povo, porque limita o acesso que as pessoas poderiam ter sobre a acumulação científica humana, portanto, se configura como uma espécie de violência intelectual. Qualquer medida tomada pelo poder que cumpra a função de reduzir a oportunidade de alguém alcançar maior clarividência histórica e filosófica é uma ação que esconde violência intelectual. Essas medidas cumprem a função de adoecer psicologicamente uma sociedade, tornando-a casta e limitada em relação à história do pensamento de outros seres humanos pretéritos que conseguiram vencer, ou no mínimo refletir sobre os abusos e o uso inadequado do poder. O ensino da filosofia leva à expansão histórica da consciência humana: ter contato com o pensamento dos filósofos é ter a oportunidade de pensar com a cabeça deles sobre a realidade do presente em que o indivíduo está inserido. Quando o Estado limita essa oportunidade aos seus cidadãos ele está sendo intelectualmente violento e completamente abusivo. É uma forma velada de censura. Censura intelectual.

O poder do Estado está estruturado no conflito de seus interesses contra os interesses legítimos e profundos do povo. No caso da filosofia, há uma particularidade: ela



não é diretamente um interesse da maioria do povo e nem do Estado. Então, quem deve se interessar primeiro por ela, o povo ou o Estado? Evidentemente, se é o Estado que pode promover a filosofia para o povo, é também ele que deve se interessar primeiro por ela já que é ele que pode estimulá-la e inclusive fazer uso dos frutos desse estímulo, pois as reflexões daqueles formados nas benesses filosóficas poderiam servir infinitamente como um bem para o Estado e, por conseguinte, para o bem geral das pessoas. Um Estado antifilosófico é um Estado em ruínas, pois a promoção da violência intelectual (que é imperceptível pela maioria do povo) é um dos primeiros passos para o avanço até a violência física: quando essa última entra em cena, muitas outras coisas já a antecederam e poderiam explicá-la, mas todas passaram escondidas da visão do povo.

3 FILOSOFIA PARA QUÊ?

“O que a maior parte [das pessoas] quer saber”, de acordo com o filósofo brasileiro Humberto Rohden, “é se a Filosofia exerce impacto sobre a *vida prática*, individual e social do homem; se dá saúde, se promove os negócios, se facilita a conquista de um bom emprego, se constrói um lar feliz, etc.¹³”. A resposta sobre a utilidade da filosófica, em que se constantemente tem de se explicar para as pessoas não versadas nela, tem de chegar até a concepção de que o pensamento reflexivo e crítico que a filosofia ajuda promover, serve e é útil para a melhoria da vigília sobre a própria consciência. Trata-se do tomar posse do esclarecimento, de frear paixões inúteis e de tomar as rédeas do próprio destino, tendo os meios e capacidades para duvidar de tudo e de todos, mas, principalmente das ideias capciosas, injustas, retrógradas e que mais prestam serviço ao mal que ao bem.

Mas a filosofia não necessariamente tem de ser uma eterna complexidade moral entre o bem e o mal, como se o filósofo fosse o dono das palavras e pensamentos bons e todo o restante da sociedade precisasse aprender com eles. Nada disso. Em verdade, nem todo filósofo tem coisas boas para ensinar e o próprio conhecimento sobre “o que é e o que faz um filósofo” já é um objeto de discussão; da mesma maneira, pode-se defender que é a integração constante da separação entre o bem e o mal que faz com que as pessoas divirjam e se desunam em tantas opiniões e doutrinas diversas. Pode-se dizer e pensar que não há

¹³ ROHDEN, 2008, p. 29.



bem e mal, e nisso permanecerá ainda uma única coisa: a utilização (e a utilidade) da própria reflexão; não conceber um novo produto físico, mas simplesmente para exercício da consciência – ora, o ser humano não pode ser apenas uma casca de carne e osso que às vezes precisa comer para existir, mas também um ser que exerça bem a sua capacidade que o difere do restante da natureza: a de *pensar* de acordo com conceitos, abstrações, linguagem, cálculo e capacidade artística.

Por isso, a pergunta “filosofia para quê?” pode ser respondida simplesmente assim: *para tudo e para nada*. Se se quer refletir em uma resposta rápida que conceba utilidade apenas para aquilo que tem valor material, então ela não serve para absolutamente *nada*, mas se se pensa em transformar antes a consciência, para depois conseguir almejar melhores condições materiais, então ela é essencial e serve para *tudo*.

No contexto da pobreza, da falta e da miséria, a filosofia parece não fazer o menor sentido, como se ela não servisse para nada, já que não pode matar a fome do faminto e nem resolver os perrengues diários de uma família que não tem recursos básicos para uma vida tranquila. Mas, será mesmo? Não podemos questionar essa ideia? Sim, nós podemos e devemos. A filosofia enquanto educação básica no Brasil é um direito de todos – direito que deve ser defendido e preservado, porque violar o pensamento e limitar que o brasileiro tenha acesso ao conhecimento deve ser entendido, sobre certos aspectos, como algo tão grave quanto não ter acesso à saúde e a alimentação. Limitar o bem-estar social apenas ao corpo, desconsiderando a formação do caráter, da cidadania e da moralidade são absurdos ainda velados para maioria das pessoas. Há aqueles que pensam que os professores deveriam ensinar aos seus filhos apenas o mesmo em que acreditam: que os cristãos aprendam o cristianismo nas escolas, que os judeus aprendam o judaísmo e que os ateus aprendam o ateísmo. Em verdade, nada é mais aberrante e néscio. A filosofia deve se prestar ao ensino de todas as coisas com igual importância e indiferença, para estimular a reflexão e a liberdade intelectual, jamais o aprisionamento da consciência nisto ou naquilo.

A verdadeira filosofia é inimiga da ganância dos políticos. Ela não pode aceitar o absurdo daqueles que querem aparelhá-la de acordo com sua ideologia através de doutrinas de charlatões que favorecem exclusivamente o uso do poder e que não possuem outra finalidade senão privilegiar aqueles que os apoiam. “Nada é útil se não for também



honesto¹⁴”, é o ensinamento que Cícero legou para a humanidade e que posteriormente veio a cunhar no utilitarismo moderno de Jeremy Bentham e Stuart Mill. Para refletir a partir desse preceito, vale dizer que a filosofia tem de ter uma tendência natural à honestidade, porque, dessa forma se tornará naturalmente útil em seu modo particular de ser, isto é, *reflexiva enquanto descritiva e prática enquanto prescritiva*, portanto, ela cumpre sua função de descrever e aconselhar: nada deve impedi-la de livremente exercer essas funções. O Estado preocupado com seu povo tem o dever de promovê-la e estimulá-la em seus cidadãos, ou, no mínimo, não a atrapalhar de ser livre e de refletir sobre qualquer coisa, pessoa ou poder. Tudo isso está assentado no fato de que a liberdade intelectual precisa ser construída e mantida pela filosofia.

¹⁴ Cf. CÍCERO, 2018, p. 151.



REFERÊNCIAS

- ALENCAR, J. *Encarnação*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1893.
- ASSIS, M. *O alienista*. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.
- CAMÕES, L. V. *Os lusíadas*. [Trecho da *epígrafe*: cf. p. 27]. Ed. Português-Inglês. São Paulo: Landmark, 2017.
- CHAUI, M. *Em defesa da educação pública, gratuita e democrática* (Org. Homero Santiago). Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- CÍCERO. *Os deveres*. Tomo III. São Paulo: Editora Escala, 2018.
- FREUD. *O mal-estar na cultura*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2014.
- HOLANDA. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- LEPARGNEUR, H. *Esperança e escatologia*. São Paulo: Paulinas, 1974.
- LUFT, L. *A riqueza do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- ROHDEN, H. *O espírito da filosofia oriental (Terceiro volume da obra Filosofia Universal – O drama milenar do homem em busca da verdade integral)*. São Paulo: Martin Claret, 2008.
- SCHOPENHAUER, A. *Parerga y Paralipómena* [Tomo II]. Traducción de Pilar López de Santa María. Madrid: Editorial Trotta, 2013.
- SLENES, R. W. *Na senzala, uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. 2ª Ed. Corrigida. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- VIEIRA, V. A. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. 4ª Ed. Ministério da Educação e Cultura: Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro, 1960.

Recebido: 23/09/2022
Aprovado: 30/10/2022